

CORPORAÇÕES TURÍSTICAS: ENSAIO SOBRE SUAS BASES SUSTENTÁVEIS

Prof. Ms. Rodrigo Meira Martoni

RESUMO: A concentração de capital, considerada como parte do processo histórico do sistema capitalista, vai fomentar o aparecimento e evolução de monopólios. A efetivação de empresas cada vez maiores e a conseqüente busca pela maximização dos lucros, fazem com que o campo de atuação destas seja mundial. Nesse sentido é realizada uma análise dos anseios das grandes corporações turísticas que se instalam em diversas regiões do território nacional com a efetivação de complexos denominados resorts e, também, do conceito de sustentabilidade, utilizado para afirmar compromissos ambientais que se baseiam em preceitos implícitos exclusivamente economicistas.

PALAVRAS-CHAVE: Corporação; turismo; desenvolvimento sustentável; ecodesenvolvimento; resorts.

Introdução

As localidades potencialmente turísticas brasileiras começaram a ser procuradas, adquiridas e exploradas conforme o turismo despontou como atividade altamente rentável. Muitos investidores, tendo como braço operacional as grandes cadeias hoteleiras internacionais, instalaram e continuam a instalar mega-empresendimentos na região litorânea do país, principalmente nordestina, tendo como ponto de atratividade, além de sol e mar, os serviços autocontidos.

Compreendidos como corporações turísticas, muitos desses grupos priorizam a questão da lucratividade em detrimento de outras, sejam elas referentes a aspectos sociais, históricos ou culturais das comunidades envolvidas. Pelo fato desses complexos serem divulgados como sustentáveis, buscou-se salientar a concepção do termo pelo Relatório Brundtlandt (CMMAD, 1988) e demonstrar que propostas fundamentadas em interesses econômicos de grupos ou nações dominantes não são capazes de contemplar com total equivalência a sustentabilidade de aspectos sociais e ambientais, mas, somente, mensurar monetariamente elementos do meio.

Neste trabalho foram realizadas algumas considerações a respeito das intenções de investidores na comunidade do Batoque, nas proximidades de Fortaleza-CE e também do Complexo Costa do Sauipe na Bahia. Com bases nas propostas do chamado ecodesenvolvimento, realizou-se uma abordagem crítica a respeito do desenvolvimento de resorts no Brasil.

Expressão do Imperialismo: as corporações

As corporações no sistema capitalista se organizam mediante a concentração de capitais. Mediante essa acumulação, os detentores competem entre si e, com a apropriação dos pequenos pelos grandes, há a formação de monopólios. Com a constante busca por lucros, as ações dessas empresas se estendem a diversos países, pois, “na fase monopolista do capitalismo, desenvolve-se uma economia eminentemente imperialista” (KONDER, 1981, p.156).

Apesar de não ter realizado um estudo aprofundado sobre a fase imperialista do capitalismo, mesmo porque em seu tempo o fato ainda não havia se desenvolvido plenamente, a análise de Karl Marx sobre as grandes corporações ultrapassou a realidade de sua época, sendo considerada atual diante das ações verificadas por empresas de diversos segmentos. Contudo, Vladimir Ilitch Lênine (1982, p.667). fez uma abordagem abrangente em sua obra “O Imperialismo, fase Superior do Capitalismo”. Segundo o autor:

O monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos velhos motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas velhas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas «esferas de influência», isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral [...]. Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isso originou os traços distintivos do imperialismo.

Na base do atual contexto político e econômico do capitalismo estão as corporações que podem ser compreendidas como a união de indivíduos com objetivos em comum, sendo essa associação regida por regras, direitos e deveres. Uma corporação constitui-se, dependendo do domínio que possui, em um poder político, econômico e social com certa independência do Estado. Muitas empresas, consideradas como sociedades anônimas, que tem o capital desmembrado em ações, limitam a ação e também responsabilidade dos sócios, sejam estas referentes a aspectos sociais ou de preservação da natureza. Como “pessoas” jurídicas, é possível fazer então uma análise dos objetivos e, por assim dizer, das ações dessas “pessoas” que se preocupam primeiramente com seus acionistas e compreendem, na maioria das vezes, o ambiente como uma mercadoria que tem valor de uso e de troca (The Corporation).

Como exemplificação, na fase imperialista do atual sistema, é possível citar a IBM que desenvolveu a máquina IBM Hollerith D-11 de classificação de cartões, utilizada para recensear e cadastrar pessoas nos campos de concentração. Através de ligações com sua

subsidiária alemã, a Dehomag, essa corporação americana participou e lucrou com o holocausto (LIMA, 2005). Nessa mesma época, a Coca Cola, que, devido a possibilidade de afetar sua imagem e o intuito de não comprometer seus lucros, inventou a Fanta Laranja para os Alemães comandados por Hitler. Esses fatos demonstram a supremacia da fidelidade aos lucros, independente de nacionalidade e comprometimento ético com a sociedade.

Corporações turísticas e a internacionalização territorial

O poder e conseqüente alastramento de instituições transnacionais que padronizam e internacionalizam lugares pode ser analisado na lógica dos grupos ou nações dominantes e dominadas. As dominadas organizam sua produção com bases nos interesses daquelas que dominam e, por isso, “os benefícios derivados da produção regional não são inteiramente sentidos em seu próprio território e, menos ainda, nos grupos majoritários da sociedade” (MOLINA, 2001, p. 20).

A pressão de grupos que operam em território mundial caracteriza-se como uma nova forma de colonização, ocasionando uma associação desigual entre investidores e localidades receptoras. Sobre os interesses internacionais, cabe salientar um trecho da carta testamento do governo populista Getulio Dorneles Vargas:

[...]Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho [...].

É possível compreender que a pressão sinalizada desde tempos remotos e com forças implícitas, fica cada vez mais evidente e acaba se justificando com o discurso de neoliberais que tratam o turismo somente com indicadores econômicos, ou seja, com a parcialidade própria da compreensão que possuem em relação à questão. Essa análise funcionalista e, porém, restrita, de um fenômeno que abarca também e, principalmente, questões sociais e ambientais, fica aquém de sua essência, ocasionando um reducionismo no seu entendimento:

Se o turismo for entendido como mera atividade econômica, sua análise passa a vir recheada de índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica de investimento, custo-benefício entre produção e consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno (MOESCH, 2002, p.12)

Ir além da aparência e compreender o turismo com uma visão de totalidade é encará-lo como um processo sinalizado na história que se encontra em constante revigoração segundo as formas como é desenvolvido. Por assim dizer, o enfoque do planejamento turístico

deve ser baseado no contexto histórico, social, econômico e patrimonial brasileiro, indo além da visão de globalidade que preza “pelo gerenciamento quantitativo da ‘riqueza’ que é produzida para uns poucos, sem fazer questionamentos dos prejuízos que isso causaria para a maioria das populações locais [...]” (SANTOS FILHO, 2003, p.373).

Assim, exemplos de corporações turísticas podem ser salientados com a efetivação de resorts e parques temáticos, concretizados fisicamente e legalmente por grandes grupos nacionais ou internacionais e administrados por empresas que carregam marcas padronizadas de grandes corporações do setor hoteleiro principalmente.

A revista Exame (Março de 2001, p.40-59) realizou um mapeamento com a denominação “útil paisagem”, fazendo apologia a alguns mega-empreendimentos hoteleiros que se instalaram ou estão sendo efetivados: o Marriot Manaus, do grupo americano Marriot; os hotéis Sauipe na Bahia, administrados pelas cadeias Sofitel, SuperClubs, Marriot e Renaissance; o Paracuru, do grupo português Alto Relevo que pretende “criar um ‘mini algarve’ com condomínios e hotéis” no Ceará; e os hotéis de Aquiraz, também no Ceará, implantados pelo grupo português Amorim. Mais recentemente, a Revista Veja (Março de 2005, p.98-101) trouxe um artigo sobre vultosos investimentos em resorts no litoral da Bahia de grupos portugueses, como o Reta Atlântico e Espírito Santo e, também, espanhóis, como o Iberostar. Voltados para turistas que buscam somente conforto e entretenimento com a viagem, podem ser considerados como “não-lugares globalizados” aproveitados por estrangeiros ou brasileiros de classes abastadas (MURTA, 2002, p. 148).

Mesmo sendo possível citar outras exemplificações, alguns casos concretos são ressaltados, conforme levantamentos de impactos causados no ambiente onde algumas corporações instalaram ou anseiam desenvolver empreendimentos de serviços autocontidos. Assim, salienta-se o episódio da comunidade do Batoque, localizada na comarca de Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza. Segundo pesquisas do Prof. João dos Santos Filho (2001), a líder comunitária da vila de pescadores, Maria Odete Carvalho, luta pela fixação da comunidade local e, por isso, sofre diversos tipos de ameaças de grandes grupos financeiros.

Segundo ela, a população local sobrevive da pesca, agricultura e artesanato, sendo que a instalação de um mega-empreendimento turístico constitui-se em algo a parte dessa comunidade, uma vez que seu planejamento fica aquém dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo quando realizado com bases locais e, portanto, com a efetivação de empreendimentos menores pelos próprios moradores. Como exemplo, a líder ressalta que a implantação do Beach Park constituiu-se em uma enganação para o povo de Aquiraz, no que diz respeito à geração de empregos para a comunidade. Segundo Molina (2001, p. 35), uma vez instalados, esses complexos podem ser compreendidos como pólos de

subdesenvolvimento, pois, “alguns enriquecem como resultado do auge de um determinado produto, enquanto o restante da população permanece à margem da atividade econômica, política, social e cultural [...]”

Esse fato pode ser evidenciado pela pesquisa de Rosalina da Conceição Couto (2003), que denuncia os impactos causados por alguns hotéis no Complexo Costa do Sauípe, merecendo destaque as abordagens sobre a rede americana Marriot, que opera o Marriot Resort & Spa e o Renaissance. Segundo a pesquisadora, a afirmação da gerente de RH, Rosana Okamoto, é parcial quando salienta que 39% dos funcionários são das comunidades próximas e ocupam cargos diversificados. Verificou-se com a pesquisa que, na verdade, “a maioria mora em Salvador e os poucos que vivem na comunidade migraram por conta do emprego. Ou seja, é muito pequeno o aproveitamento da mão de obra local” (COUTO, 2003, p. 49).

Ressaltando o fato de que as corporações visam antes de tudo o lucro e relegam a segundo plano ações ligadas a aspectos sociais e de responsabilidade ambiental, teceremos uma abordagem sobre o descarte de efluentes líquidos produzidos pelo Complexo. Conforme pesquisas da equipe de José Célio Silveira Andrade, professor adjunto da Escola de Administração da UFBA, o sistema de esgoto do complexo apresentou uma série de irregularidades, desde o início das obras:

Segundo o fórum das ONG's Baianas para o Desenvolvimento sócio Ambiental (FORUM BAHIA) e o Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE/BA), a realização das obras iniciais, para a implantação do sistema de esgotamento sanitário de Costa do Sauípe representou graves danos ambientais, a exemplo, dentre outros, do aterramento de lagoas naturais (o que pode comprometer a dinâmica dos recursos hídricos e a produção de peixe das comunidades do entorno), da destruição de espécies da mata atlântica e das matas ciliares.

Evidenciando fotografias de resorts que se constituem em verdadeiros paraísos artificiais, mas sem salientar as evidências concretas dos impactos decorrentes da implantação desses mega-empresendimentos, a revista Exame (Março de 2001, p.46) faz o seguinte comentário: “Enquanto os fogos espoucavam nas areias de Copacabana, no Rio de Janeiro, o mesmo tipo de festejo se repetia nas praias exclusivas de uma série de hotéis-resorts que abriam suas portas pela primeira vez” em todo o território nacional, com destaque para a costa nordestina.

Quanto às praias “exclusivas” ou “pertencentes” a alguns resorts, o pesquisador da UFBA realizou um levantamento sobre a problemática da restrição ao acesso da comunidade de Porto de Sauípe à Praia da Barra:

Segundo a Associação de Moradores e a Associação Comercial de Porto de Sauipe, trata-se da tentativa da empresa Sauipe Verde Turismo e Empreendimentos Ltda., controlada pelo grupo italiano Meeting, de 'privatização' de uma área de restinga na praia da Barra de Sauipe para a instalação de equipamentos turísticos. Delimitada pela margem esquerda da foz do rio Sauipe, esta praia, considerada como área de preservação permanente pelo Código Florestal Brasileiro, é importante tanto para o comércio turístico quanto para a realização, pela comunidade local, de atividades de pesca e mariscagem. Localizada na Vila de Porto de Sauipe, a região do conflito pertence ao município de Entre Rios e está situada na área de influencia direta do Projeto de Sauipe.

O conflito de acesso à praia foi acentuado pelos objetivos da empresa de retirar barraqueiros e habitantes do bairro Novo Porto, localizado às margens do manguezal. Com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/BA), do Ministério Público Federal (MPF) e do Centro de Recursos Ambientais (CRA), as Associações Comercial, de Moradores e Pescadores de Porto de Sauipe lutam contra os objetivos da empresa que prejudicam de forma direta o modo de vida e sobrevivência da população.

Contudo, a vantagem da efetivação desses mega-empresendimentos para a prestação de serviços a uma classe abastada de turistas, ainda é analisada e justificada sob o ponto de vista estritamente mercadológico, conforme comentários de Silvio Magalhães Barros II, em entrevista à revista *Hotelnews* (2001):

Mesmo com uma clara e evidente sobreoferta de quartos de hotel em muitas das principais cidades brasileiras, novos projetos surgem a cada dia e a grande maioria sob a bandeira de uma grande rede nacional ou estrangeira que obviamente tem conhecimento da realidade do mercado. Isso sinaliza para uma expectativa otimista de reação da demanda de viagens e turismo no Brasil. É difícil imaginar que uma empresa hoteleira, por exemplo, com décadas de experiência venha a investir seu próprio capital ou colocar sua marca num empreendimento sem antes ter feito uma criteriosa avaliação do mercado e das perspectivas de retorno.

A dominação desses grupos transnacionais que prezam tão somente as “perspectivas de retorno” e para isso não internaliza custos sociais e ambientais ocasionam, muitas vezes, um verdadeiro apartheid entre complexos e populações locais. A privatização de localidades que podem se firmar como destinos turístico e todas as demais atividades-chave para a soberania de uma nação, como tratamento e distribuição de água ou geração de energia, faz parte do anseio de domínio do capital internacional que atende, única e exclusivamente, a seus objetivos de lucros. Criando uma falsa expectativa de geração de empregos para comunidades nativas, acabam contribuindo com a miséria, uma vez que se torna dispendioso e pouco atrativo para a empresa incluir em seus planos de ação a capacitação profissional.

Mesmo com a criação do Instituto de Hospitalidade (IH), uma parceria entre a

Fundação Odebrecht, Fundação Banco do Brasil e apoio de entidades educacionais, culturais, trabalhistas e do setor turístico, as funções com melhores salários no complexo do Sauipe, desde sua construção, são ocupadas por funcionários vindos de outras localidades. Nesse sentido, cabe ressaltar os comentários de Djalma Almeida da Silva, presidente da Associação Comunitária Desportiva, Educativa e Social do litoral Norte (ADESLIN), em entrevista a pesquisadora Rosalina da Conceição Couto (2003, p. 74).

As empresas trazem funcionários de fora para as funções melhores. Já chegam com os carpinteiros, eletricitas [...] etc. Só resta para a comunidade o ofício de servente de pedreiro, de carregador. Só o pesado. Os empresários não têm nenhuma preocupação com os moradores. Eles chegam e só pensam no lucro.

No entanto, a pesquisadora detectou que projetos elaborados a partir do IH tem gerado alguns benefícios à população local, sendo que alguns deles são ministrados de forma voluntária como o curso de eletricitista, uma iniciativa de um engenheiro de manutenção da Sauipe S/A (COUTO, 2003, p. 77).

Ecodesenvolvimento: uma crítica ao desenvolvimento sustentável

Logicamente que para a efetivação desses grandes empreendimentos hoteleiros e, principalmente, para a imagem deles, é necessário uma preocupação social que se torna paliativa diante das circunstâncias de implantação, funcionamento e realidade local. Baseados na definição de desenvolvimento sustentável, apresentada pelo Relatório Brundtland (1991, p.46), as propostas desses empreendedores estão de acordo com as propostas de sustentabilidade, sendo estas aceitáveis para todas as corporações e nações dominantes. Isso ocorre pois:

Apesar do relatório Brundtlandt criticar os processos de decisão no quadro do sistema econômico e político mundial, ele não oferece propostas concretas referentes a uma modificação dos mecanismos de decisão e das condições de poder nos foros nacionais ou internacionais. O desejo de alcançar mudanças substanciais sem ao mesmo tempo tocar nas estruturas e mecanismos básicos, particularmente nos processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, o controle, o acesso e o uso dos recursos naturais, determina o espírito da concepção de desenvolvimento sustentável defendida pela Comissão Mundial (GUIMARAES, apud FREY, 2001, p. 118).

Conforme a análise anterior, a concepção de desenvolvimento sustentável aplicada ao turismo não contempla a totalidade do fenômeno. Como exemplo tem-se os inúmeros resorts de serviços autocontidos apresentados à sociedade como sustentáveis que, como todas as grandes corporações na fase imperialista do capitalismo, precisam considerar a exclusividade

da sustentabilidade econômica. Esse desequilíbrio com fatores de ordem social e patrimonial abre as possibilidades para o desenvolvimento do turismo com bases no ecodesenvolvimento.

Para alguns autores, como Barbieri (2000, p.23) a expressão ecodesenvolvimento foi aos poucos sendo substituída por desenvolvimento sustentável. Contudo, Renato Santos de Souza (2000), em sua obra “Entendendo a Questão Ambiental”, salienta que essas são concepções totalmente diferenciadas, uma vez que a proposta do ecodesenvolvimento contempla a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural com bases no desenvolvimento das forças endógenas da localidade e na participação popular para a definição de preferências no desenvolvimento de atividades. Baseado na teoria da Economia Ecológica, que defende o sistema econômico como “parte de um sistema ecológico maior, e que o equilíbrio deste último deveria ter prioridade sobre as metas e a racionalidade econômica”, o termo ecodesenvolvimento constitui-se em uma sugestão de ação crítica à Economia Ambiental, de onde provem o termo desenvolvimento sustentável (Souza, 2000, p.162).

Conforme a análise de Souza (2000, p. 142), a teoria Econômica Ambiental justifica, através do termo desenvolvimento sustentável de mercado, a “valoração monetária do meio ambiente e a abordagem custo - benefício a ser aplicada às ações com impactos ambientais”, tratando-se, portanto, de um conceito com bases tão somente economicistas. Dessa forma, para uma abordagem preservacionista do turismo com responsabilidades no campo social, cultural e econômico, é necessário que seu desenvolvimento esteja em consonância com os princípios básicos do ecodesenvolvimento, ou seja, a sustentabilidade sendo analisada com base em um ponto de equilíbrio entre todos os aspectos envolvidos.

Esta é uma proposta que vai contra a supremacia que o capital possui no sistema capitalista de mercado, principalmente em sua fase imperialista, uma vez que Sachs (1986 p. 98) estabelece como estratégia de ecodesenvolvimento a utilização dos recursos exclusivos de uma localidade “para atender as necessidades básicas de seus habitantes, salvaguardando, ao mesmo tempo [...] os prospectos a longo prazo, através da gestão racional desses recursos [...]”. Ou seja, constitui-se em uma proposta contrária a dos complexos hoteleiros, que estão descontextualizados da realidade de localidades onde são implantados. A razão para o desenvolvimento contrário às bases reais de uma localidade é comentado por Petras (s/d, p. 25):

Hoy en día ser «moderno» significa tener acceso a los circuitos industriales del comercio, las finanzas, las inmobiliarias y la industria turística. Ser «marginal» hoy significa ser nacional, regional, local. Las elites internacionales son las que hacen la historia; los marginales son los objetos de

esta: objetos de explotación, objetos típicos o sexuales del turismo, um emplazamiento para la apropiación y la inversión.

Nesse sentido, a aplicabilidade de um planejamento do espaço para o turismo baseado nas concepções do ecodesenvolvimento, torna-se algo difícil de ser concretizado em regiões cobiçadas por corporações turísticas internacionais ou mesmo grupos financeiros nacionais. A implantação de parte significativa de grandes empreendimentos turísticos representa a distância entre a realidade de localidades e a de um espaço fabricado. São os novos fortes, travando uma guerra com as populações que se tornam marginais pelo atual processo de desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

O turismo constitui-se em uma atividade que possibilita a captação de divisas e, conseqüentemente, a geração de empregos diretos e/ou indiretos. Devido a esses fatos, muitas das análises realizadas sobre sua evolução em países latino americanos se baseiam em meras descrições de investimentos e lucros, prevalecendo os referenciais econômicos para avaliar seus impactos.

Essa visão funcionalista deixa de lado as considerações sobre o processo histórico de desenvolvimento do turismo no Brasil que está em consonância com os aspectos sociais, culturais e ambientais próprios da nação. Entender a efetivação de complexos hoteleiros internacionais como indicadores de desenvolvimento turístico, é deixar de lado a concepção do planejamento integral de um fenômeno que deve contemplar a satisfação, anseios e necessidades das populações envolvidas, além da conservação do patrimônio como expressão real da identidade nacional.

As corporações turísticas que atuam em território internacional e que se baseiam na concepção do desenvolvimento sustentável operam seguindo a lógica do capital e, por assim dizer, não se baseiam nos preceitos do ecodesenvolvimento. Planejar o turismo com essa base teórica, a partir das características naturais, históricas, culturais e sociais de regiões brasileiras, é uma forma de valorização ambiental, pois contemplaria: a efetivação de pequenos empreendimentos de diversas categorias através de investimentos locais para a recepção de turistas; a manutenção da forma de vida das comunidades com a continuidade de suas atividade e valores culturais, o aproveitamento de prédios históricos como elementos de atratividade, contribuindo com a manutenção da identidade local; a utilização do patrimônio edificado ou natural com base na capacidade de carga, que deve ser estabelecida em consonância com a quantidade de unidades habitacionais ofertadas e demais meios de hospedagem.

Assim, o planejamento do turismo, realizado de forma integral, não contempla somente alguns investidores, mas se constitui em um elemento chave para distribuir receitas de forma equitativa e beneficiar populações em nosso amplo território, potencialmente turístico por sua diversidade natural e cultural.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, José Célio Silveira (et al). Conflitos sócio-ambientais na área de influencia do complexo Costa do Sauípe: proposta de uma grade analítica. Disponível em: http://agenciacosteira.org.br/anexos/efluente_sauipe.pdf. Acesso 05 de maio de 2005

BARROS, Silvio Magalhães. Entrevista à Revista Hotel News: Edição 305 - novembro/dezembro 2001. Disponível em: http://www.revistahotelnews.com.br/edicao_305/entrevista_305.htm. Acesso em 28/04/05

BRASIL, Sandra. 1 Bilhão de reais em dois anos. Revista Veja. São Paulo, nº 12, ano 38. Ed 1897, p. 98-101, mar. 2005.

CAIXETA, Nely. A explosão do turismo. Revista Exame. São Paulo, nº 5, ano 35. Ed 735, p. 40-59, mar. 2001.

COUTO, Rosalina da Conceição. Impacto Social do Turismo: os impactos causados pela hotelaria nas comunidades locais. Estudo de caso: Complexo Costa do Sauípe. 2003. Monografia (Especialização) – Fundação Getúlio Vargas. MBA em Turismo, hotelaria e entretenimento. Turma 2 2001/02 – Rio de Janeiro, RJ.

FANTA LARANJA Disponível em: <http://www.parthenonblog.blogspot.com.br/> . Acesso em 02/05/05.

FREY, Klaus. A dimensão político-democráticas nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. Ambiente e Sociedade, Campinas, Ano IV, nº 9, p. 115-148. 2º sem. de 2001.

KONDER, Leandro. Marx. Vida e obra. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000

LIMA, Juliana Schober Gonçalves. IBM E O HOLOCAUSTO. Disponível em: <http://www.comciencia.br/resenhas/guerra/black.htm>. Acesso em 02/05/05.

LÉNINE, Vladimir Litch. Obras escolhidas. Tomo I. 2.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1982, São Paulo 2.ed.

MOLINA, Sérgio; RODRIGUEZ, Sérgio. Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina. Tradução de Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001. p. 53.

MURTA, Stela Maris. Turismo Histórico-Cultural: Parques Temáticos, Roteiros e Atrações Âncora. In: _____ et al. Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo

Horizonte: UFMG, 2002. p.150-155.

Nosso Futuro Comum / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

PETRAS, James. et al. Interrogantes de la modernidad.Cuba: Ed Tempo. s/d.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS FILHO, João. O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização. In: BAHL, Miguel (org). Turismo. Enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Roca, 2003. p. 371 – 390.

_____. Comunidade do Batoque luta e resiste para sobreviver aos interesses dos coronéis do Turismo. Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/001/01joao.htm>. Acesso em 27/01/2004.

THE CORPORATION. Documentário de Mark Achbar, Jennifer Abbott e Joel Bakan. Produzido por Big Picture Media Corporation em associação com a TV ONTARIO, Vision TV, Knowledge Network, Saskatchewan Communications Network and ACCESS – The Education Station. Produzido com a participação de Canadian Television Fund, Telefilm Canada: Equity Investment Program, 145 min. Baseado no livro: [THE CORPORATION: The Pathological Pursuit of Profit and Power](#), de JOEL BAKAN